



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 0952/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alíneas “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS 0KM** da marca FIAT (**em conformidade com a padronização prevista na Resolução nº 011/2022**), para atender aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2 - Os bens que se pretendem adquirir, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021 e Decreto Municipal nº 3.335/2023, são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes neste Termo de Referência.

1.4 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal nº 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.5 - O fornecimento dos bens objeto desta contratação dar-se-á em remessa parcelada, de acordo com a disponibilidade orçamentária e interesse da Administração.

1.6 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais para o ano de 2025.

1.7 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.8 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da celebração do Instrumento Contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 e poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

1.8.1 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

DA DESCRIÇÃO DO ITEM E QUANTIDADES, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL MÁXIMO ESTIMADOS

1.9 - O item e as quantidades decorrem de Estudo Técnico Preliminar e devem atender as seguintes especificações abaixo:





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	CATMAT	QUANT	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
01	VEÍCULO DE PASSEIO, MARCA FIAT, NOVO/ZERO KM (2025/2026), TIPO HATCH, CONTENDO NO MÍNIMO: MOTOR 1.0 FLEX DE 3 CILINDROS; CAPACIDADE PARA 5 OCUPANTES, 5 PORTAS (4 LATERAIS + 1 TRASEIRA), NA COR BRANCA, CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ, POTÊNCIA MÁXIMA 71 CV (G) E 75 (E); COMBUSTÍVEL: FLEX; ALTURA DO SOLO (MM): 164; CAPACIDADE DO PORTA-MALAS (LITROS): 300; ENTRE-EIXOS (MM): 2.521; TANQUE DE COMBUSTÍVEL (LITROS): 47; ITENS DE SÉRIE: PROTETOR DE CARTER; ALARME ANTIFURTO; AR CONDICIONADO COM FILTRO ANTIPÓLEN; BRAKE-LIGHT; CHAVE CANIVETE; CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA E PRÉ-TENSIONADORES; CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS (LATERAIS E CENTRAL) RETRÁTEIS DE 3 PONTOS; COMPUTADOR DE BORDO (DISTÂNCIA, CONSUMO MÉDIO, CONSUMO INSTANTÂNEO, AUTONOMIA, VELOCIDADE MÉDIA E TEMPO DE PERCURSO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CENTRAL MULTIMÍDIA; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO TEMPORIZADO; DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA; ENCOSTOS DE CABEÇA TRASEIROS (LATERAIS E CENTRAL); GANCHO UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO CADEIRA CRIANÇA (ISOFIX); SISTEMA DE PARTIDA A FRIO SEM TANQUE AUXILIAR DE GASOLINA; SISTEMA ATIVO FREIO COM CONTROLE ELETRÔNICO QUE AUXILIA NAS ARRANCADAS DO VEÍCULO EM SUBIDA; AIRBAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E ABS COM EBD; LIMPADOR E LAVADOR DOS VIDROS DIANTEIRO E TRASEIRO COM INTERMITÊNCIA; LUZ DIURNA DE SEGURANÇA; RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO MANUAL; RODAS DE AÇO ESTAMPADO 6.0 X 15" COM CALOTAS INTEGRAIS PNEUS 185/60 R15; CONTROLE DE TRAÇÃO ; TOMADA 12V; CENTRAL MULTIMÍDIA; TRAVAS ELÉTRICAS; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM ONE TOUCH E SENSOR ANTIESMAGAMENTO; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; GARANTIA DE 36 MESES. OUTROS: MANUAL DO PROPRIETÁRIO E CHAVE RESERVA INCLUSOS.	UNID	459806	04	FIAT/____	R\$ 102.857,00	R\$ 411.428,00





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

1.9.1 - Os bens contemplados neste TR possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

1.10 - A quantidade de veículos foi estimada com base nas necessidades reais da Câmara, considerando o aumento do número de Vereadores, o uso atual da frota, a experiência com veículos similares e o histórico de desgaste dos bens. Esse levantamento garante que a quantidade prevista atenda de forma adequada às atividades legislativas e administrativas. Ressalta-se que esse número poderá ser ajustado — aumentado, reduzido ou até suprimido — conforme a real necessidade ou os limites do orçamento, sempre buscando a melhor aplicação dos recursos públicos com qualidade e eficiência.

1.10.1 - As especificações previstas serão consideradas como critérios mínimos a serem atendidos.

1.11 - A **quantidade máxima do item a ser adquirida refere-se a 100% do quantitativo** descrito na tabela do item.

1.12 - **Não haverá quantidade mínima a ser cotada**, devendo os participantes ofertarem 100% do quantitativo descrito na tabela do item.

1.13 - **Não haverá possibilidade de prever preços diferentes**.

1.14 - **Não haverá possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo** previsto no edital.

1.15 - A proposta apresentada pelas empresas terá validade de 90 (noventa) dias a contar da sua apresentação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 (arts. 6º, XLV; 40; 78, IV; 82 a 86) e com o Decreto Municipal nº 3.335, de 28 de dezembro de 2023, Subseção III, art. 74, o presente Termo de Referência contempla os elementos obrigatórios para instrução de processo licitatório utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme segue:

DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.3 - A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de renovação e padronização da frota oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, visando à substituição gradual de veículos com desgaste acentuado, garantindo maior segurança, eficiência e redução de custos com manutenção. A aquisição de veículos tipo *hatch*, novos/zero quilômetro, atenderá às demandas administrativas e operacionais, assegurando melhor desempenho no transporte dos vereadores e servidores e no apoio logístico às atividades legislativas.

2.3.1 - A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na possibilidade de aquisição dos veículos conforme a real necessidade da Câmara, evitando compras imediatas que possam comprometer o orçamento ou gerar ociosidade. Essa modalidade assegura planejamento





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

orçamentário e financeiro mais eficiente, pois permite o fornecimento parcelado, conforme a disponibilidade de recursos, com base em condições previamente estabelecidas no edital.

DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

2.4 - A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu será responsável por conduzir o processo licitatório, gerenciar a ata de registro de preços e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, na forma do § 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA

2.5 - Não haverá outros órgãos participantes além do gerenciador.

DO PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA

2.6 - Até 02 (dois) dias úteis, contados da homologação do resultado do certame.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

2.7 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, durante o qual o licitante que tenha o seu preço registrado poderá ser convidado a firmar a contratação, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes.

2.7.1 - Por tratar-se de ata de registro de preços, poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem para a CÂMARA, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

DA ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.8 - Será permitida a **adesão de outros órgãos ou entidades** à presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 86, §§ 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.9 - Conduzir o processo licitatório, formalizar e gerenciar a ata, controlar o quantitativo registrado, autorizar as solicitações da adesão e adotar medidas para o fiel cumprimento do objeto, observando as condições do edital e da legislação aplicável.

DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.10 - A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu identifica a necessidade de substituir e renovar parte de sua frota oficial de veículos, com o propósito de assegurar um suporte eficiente, seguro e adequado às atividades legislativas e administrativas desempenhadas por seus Vereadores e Servidores. Essas atividades demandam deslocamentos frequentes, tanto dentro do território municipal — que apresenta trechos de geografia plana e outros acidentados — quanto para outras localidades, visando à participação em cursos de capacitação, eventos institucionais, visitas técnicas, audiências públicas, reuniões, transporte de materiais, entre outros compromissos de interesse público. Neste sentido, torna-se imprescindível a disponibilidade de veículos em boas condições de uso.

2.11 - A frota atual apresenta alto custo de manutenção corretiva e riscos à segurança, especialmente em viagens por rodovias e vias vicinais em más condições, o que compromete a eficiência e a regularidade dos serviços. Assim, propõe-se a substituição dos quatro veículos mais antigos por modelos novos, que assegurem maior disponibilidade operacional, economia e confiabilidade nos deslocamentos oficiais.





2.12 - A medida segue a padronização definida pela Resolução nº 011/2022, que estabelece a marca FIAT para transporte de passageiros, permitindo melhor controle logístico, manutenção otimizada e redução de custos operacionais.

2.13 - Dessa forma, a substituição ora proposta representa a continuidade de uma política responsável e planejada de renovação da frota oficial, voltada à melhoria da eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

2.14 - Com fundamento no art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021, por se a Câmara a única contratante da Ata de Registro de Preços, não existe a necessidade da realização da Intenção de Registro de Preços (IRP), além do mais porque não dispomos de servidores suficientes para as tarefas demandadas de tal procedimento para a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - A presente contratação tem por objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição de até 04 (quatro) veículos automotores, tipo passeio, modelo *hatch*, novos, sem uso anterior, zero quilômetro, com o objetivo de modernizar, padronizar e ampliar a frota da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu. A medida visa atender de forma adequada às demandas de deslocamento dos vereadores e servidores no exercício de suas funções legislativas e administrativas, promovendo maior eficiência, segurança e organização das atividades externas.

3.2 - A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilitará à Câmara maior flexibilidade na gestão da aquisição, permitindo que a compra ocorra de forma gradual, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Trata-se de uma alternativa vantajosa, pois evita aquisições desnecessárias, facilita o planejamento financeiro e garante maior controle sobre os recursos públicos.

3.3 - Durante o ciclo de vida da contratação, a solução envolverá as seguintes etapas: a assinatura da ata de registro de preços, a efetiva aquisição dos veículos, conforme a demanda da Câmara, a entrega dos veículos diretamente na sede do Poder Legislativo Municipal, cabendo à própria Câmara o empenhamento dos bens, a vinculação obrigatória dos veículos ao contrato de seguro vigente da Câmara, garantindo a cobertura desde o início da utilização, a inserção dos veículos nos contratos já firmados de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças e serviços mecânicos, o acompanhamento contínuo do desempenho e dos custos operacionais dos veículos e, por fim, a desmobilização e baixa patrimonial ao final da vida útil, conforme as normas internas e a legislação vigente.

3.4 - Além do mais, a aquisição de veículos zero quilômetro, com garantia mínima de 36 meses, reduz a necessidade de manutenção no curto prazo, melhora o desempenho das atividades externas e permite maior previsibilidade orçamentária. A padronização dos modelos também facilita a gestão da frota e o controle dos serviços. A solução proposta, portanto, está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e boa governança, assegurando o uso racional, planejado e sustentável dos recursos públicos.





4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

REQUISITOS GERAIS

4.1 - Os veículos a serem destinados à frota oficial da Câmara devem ser **novos, zero quilômetro e** atender às especificações técnicas mínimas que assegurem acessibilidade, segurança, conforto e eficiência energética, compatíveis com sua finalidade institucional.

- a) Todos os equipamentos/acessórios devem ser originais de fábrica;
- b) Devem ser entregues com equipamentos obrigatórios conforme CONTRAN;
- c) Devem atender aos normativos legais vigentes;
- d) O modelo a ser ofertado deverá estar de acordo com o catálogo praticado pela montadora para o público em geral, não sendo permitido retirar ou reduzir itens. Será aceito, contudo, a inclusão de itens porventura não presentes no catálogo praticado pela montadora para fins de atendimento das especificações. Os itens adicionados deverão ser originais de fábrica.

REQUISITOS LEGAIS

4.2 - Todos os veículos devem estar em plena conformidade com a legislação nacional vigente, incluindo as normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), as diretrizes ambientais aplicáveis e demais regulamentações específicas.

DA ENTREGA

4.3 - Os veículos deverão ser entregues completos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação do Termo de Autorização de Fornecimento emitida pela Câmara, com todos os itens obrigatórios e acessórios exigidos por lei.

4.4 - A entrega deverá ocorrer diretamente na sede da Câmara, mediante agendamento prévio 48 (quarenta e oito) horas antes, pelo endereço eletrônico camara@casimirodeabreu.rj.leg.br

4.5 - Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega do veículo licitado correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

4.6 - O veículo deverá retratar a realidade do mercado no momento da realização do pedido de entrega, devendo o fornecedor que tiver seu preço registrado em ata, a cada solicitação de fornecimento, entregar veículo do ano e modelo mais recentes, na data da ordem de fornecimento.

SUSTENTABILIDADE

4.7 - A CONTRATADA deverá observar e cumprir os princípios da sustentabilidade ambiental, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG para o objeto em questão. Além dos critérios expressamente previstos na referida norma, deverão ser atendidas as diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com vistas à promoção de práticas que minimizem os impactos ambientais, incentivem o uso racional de recursos naturais e estimulem a responsabilidade socioambiental ao longo de todo o ciclo de vida do objeto contratado.

4.8 - A CONTRATADA deverá garantir, no que couber, armazenar, transportar e destinar resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

4.9 - Os serviços e/ou fornecimento prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e





material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Câmara;

4.10 - É dever da CONTRATADA, observar entre outros: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

4.11 - A CONTRATADA deverá priorizar veículos que apresentem menor emissão de poluentes, maior eficiência energética e que incorporem tecnologias ambientalmente responsáveis, visando a redução do impacto ambiental durante o ciclo de vida dos bens. Serão valorizadas soluções que ofereçam baixo consumo de combustível e mecanismos de controle de emissões de gases de efeito estufa.

SUBCONTRATAÇÃO

4.12 - Considerando tratar-se de contratação em que é usual haver no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto, com fulcro no art. 122 da Lei 14.133/2021, **não é admitida a subcontratação do objeto contratual.**

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

4.13 - Fica vedada a participação de consórcios nesta licitação, considerando que o objeto consiste na aquisição de 04 veículos novos, padronizados, de baixa complexidade técnica, cujas características permitem ampla concorrência de fornecedores individuais. A restrição visa garantir simplicidade administrativa, responsabilidade única pela execução e segurança jurídica na gestão do registro de preços.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.14 - Para a efetivação da compra, a ser realizada após a conclusão do procedimento licitatório, dada a caracterização e padronização no mercado em relação ao seu objeto, somado à questão de que tais veículos automotivos, quando zero quilômetro, segundo a Lei Federal nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, só podem ser vendidos por pessoa jurídica que pertença à rede concessionária oficial das fabricantes e ou montadoras ou importadoras de veículos disponibilizados no nosso país, não haverá exigência da modalidade de garantia da contratação constantes no art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Condições de Entrega

5.1.1 - Os Veículos licitados deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação do Termo de Autorização de Fornecimento emitida pela CÂMARA, **em sua sede localizada na Praça Feliciano Sodré, nº 384 – Centro – Casimiro de Abreu – RJ**, no horário das 09h às 16h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados, respeitando todas as condições mínimas mencionadas neste Termo de Referência, acompanhado da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal (ais) Eletrônica(s).





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

5.1.2 - A prorrogação de prazo para a entrega dos veículos deverá ser previamente acordada entre as partes, mediante formalização por escrito, a fim de garantir a transparência e eficiência na realização das atividades contratadas.

5.1.3 - A empresa vencedora deverá fornecer todos os veículos novos, sem uso anterior, zero Km, exceto a quilometragem de transporte da empresa até a CÂMARA.

5.1.4 - Quando da entrega por parte da CONTRATADA, for detectado que o Veículo não apresenta as características e especificações conforme exigidos no Termo de Referência, a licitante deverá substituir por outro que atenda, sem ônus adicionais para a CÂMARA.

5.1.5 - Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega do veículo licitado correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1.6- Os veículos que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresentarem defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovado pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da solicitação de substituição dos veículos emitida pela Câmara.

5.1.7 - Os veículos deverão ter garantia mínima, conforme manual do fabricante, contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais ou de manufatura, vícios aparentes ou ocultos, tanto nos prazos como nas condições das respectivas revisões, cuja vigência terá início na data em que ocorrer o recebimento definitivo do produto.

5.1.8 - Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá, sempre que solicitada, indicar uma rede autorizada para realização de revisões e serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, mesmo que não seja a fabricante dos veículos. A oficina autorizada indicada deverá estar localizada em um raio máximo de 100 (cem) quilômetros da sede do Município de Casimiro de Abreu/RJ. Os custos decorrentes desses serviços serão arcados pela Câmara.

5.1.9 - Essa exigência se justifica pela necessidade de manter os veículos em pleno funcionamento, considerando sua utilização contínua para fins institucionais. Além disso, a limitação do raio geográfico visa evitar atrasos nos reparos e custos excessivos com deslocamento dos veículos até centros de manutenção mais distantes.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas,





proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer forma de fornecimento que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Edital e seus Anexos.

6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência da CONTRATADA, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à CONTRATADA, direito a qualquer indenização.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.5 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.5.1 – A fiscalização será executada pelo Sr. **SILVIO ALMEIDA NOVAES**, servidor designado pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos objetos que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.6 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da CONTRATADA o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.7 - Serão atividades inerentes à Fiscalização:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à CONTRATADA de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos mesmos e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar o fornecimento, que esteja em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela CONTRATADA;





j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.8 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura e terá eficácia legal após a publicação no PNCP e poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

6.8.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela CÂMARA, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento ocorreu regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- e) Seja informado quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras

DO REAJUSTE

6.9 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.10 - A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do fornecimento que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.11 - No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.12 - Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.13 - Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados ou contratados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.14 - A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de reajuste no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.

6.15 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.





6.16 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

DAS ALTERAÇÕES

6.17 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

DO RECEBIMENTO

7.1 - Os bens serão recebidos PROVISORIAMENTE, em até 05(dias) corridos, contados da data do recebimento do(s) item(ns) solicitado(s), juntamente com a(s) nota(s) fiscal(ais) eletrônica(s), pelo servidor responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, posterior ao prazo do recebimento PROVISÓRIO, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.

7.2.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal eletrônica no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.1 - O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal eletrônica, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito (via *WhatsApp* ou e-mail), às suas custas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação e neste Termo de Referência, se não ocorrer a substituição ou correção.

7.5.1. O prazo de troca pode ser prorrogado desde que não ultrapasse a 05 (cinco) dias úteis e que seja devidamente justificado.

DA FORMA DE PAGAMENTO

7.6 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

7.6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da CONTRATADA, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.6.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.6.3 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, após a concretização do fornecimento, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa e posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.4 - A CONTRATADA deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Fornecimento.

7.6.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela CONTRATADA deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.6.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.6.7 - O pagamento não será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.6.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.6.9 - O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Fornecimento, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações (marca/modelo), quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.





8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, utilizando-se do **PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.2 - O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - Os valores máximos estimados resultam de pesquisa de preços efetuada de forma a atender a legalidade e aos princípios de economicidade e vantajosidade, obtendo como produto os preços máximos para licitar referentes aos itens deste objeto. É importante ressaltar que os critérios adotados nesta pesquisa encontram-se em conformidade com aqueles estabelecidos no decreto 3335/2023 e na Lei 14.133/2021, chegando dessa forma ao preço referencial para licitar que atende aos parâmetros de mercado.

9.2 - A pesquisa de preços mercadológica será realizada pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, com vistas ao ajuste do preço, que irá constar de Anexo a este Termo de Referência, para efeitos de classificação e contratação.

9.3 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes do fornecimento dos materiais.

10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual contratação correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2025, a saber: no Programa de Trabalho 01.031.0204.1333 e Elemento de Despesa 4.4.90.52.99.00 - Outros Materiais Permanentes.

10.2 - Por se tratar de Registro de Preços a pretensão disponibilidade e previsão orçamentária serão solicitadas no momento da aquisição/contratação.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da CONTRATADA, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.17.1 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

11.1.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.21 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.





12.1.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

12.1.5 - Comunicar a CONTRATADA para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da CONTRATADA e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.





13.3 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.4 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.6 - O Fornecedor, Licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.7 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.8 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

14.7 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 055/2025, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Gleice Rosa da Silva Mescolin, mat. 024/PL e Felipe Paschoal Linhares, mat. 643.





CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

RUA FELICIANO SODRE, Nº 384 - CENTRO - CNPJ: 30.407.084/0001-43

CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

FONE: (22) 2778-1183



CÓDIGO DE ACESSO

07FE123508D14143B4C66CA90B7874F5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://cmcasimirodeabreu.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/07FE123508D14143B4C66CA90B7874F5>